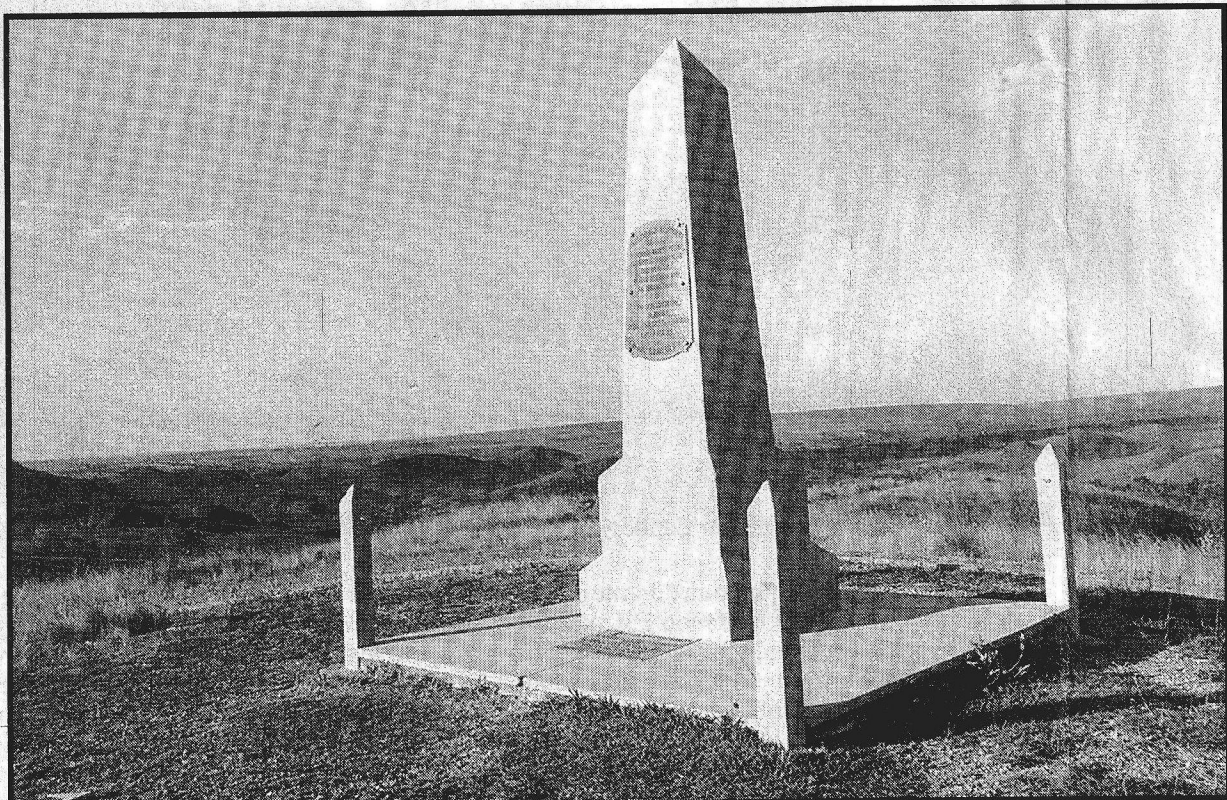




O obelisco que representa a pedra fundamental de Brasília está numa colina a mil metros de altitude

Caravana avança pelo cerrado para erguer um monumento a oito quilômetros de Planaltina

A PRIMEIRA PEDRA

A idéia varou o século 18 e chegou ao século 19 com o vigor dos mais jovens ideais. O tempo aprimorava o sonho de se construir a capital no coração geográfico do país. Com o sucesso da Missão Cruls — encarregada de demarcar e dissecar a região no Planalto Central destinada a acolher a nova cidade — renovou-se o oxigênio da mudança

A imprensa da época exultava como se vê no *Jornal do Brasil*: “Que quanto antes se mude a capital federal, cumprida a in-junção da Constituição”. A *Notícia* considerou o Relatório Cruls obra que “inicia e prepara dignamente a mudança da capital da nossa terra, que todo brasileiro patriota e sensato deseja realizada o mais breve possível”.

O mesmo *A Notícia* dispôs-se a sugerir o nome da nova capital que “bem pudera chamar-se Pinzônia, em honra ao primeiro europeu que pisou terras brasileiras, ou Porto Seguro, do primeiro ponto da nossa terra”. O genial Machado de Assis também participou dos debates em torno da mudança, mas, como era de se esperar, em defesa do Rio de Janeiro, continuasse ou não capital do país. Machado escreveu três crônicas sobre o assunto (*Leia trecho de uma delas nesta página*)

Então chefe da Diretoria de Obras do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, Machado de Assis redigiu e assinou as instruções para a Missão Cruls fazer o levantamento da ferrovia Catalão/Cuiabá.

Com Prudente de Moraes na Presidência da República, a peleja esfriou-se. O presidente representava os interesses dos grupos paulistas que o sustentavam no poder. O país enfrentava problemas de caixa, o que reforçou os argumentos dos antimudancistas. Algum tempo depois, em 1899, a idéia de transferência da capital voltou a ocupar a atenção do Congresso. O deputado Sá Freire propõe a mudança “de preferência para a Cidade de Minas” ou, caso isso não seja possível, “para outro ponto que for julgado conveniente no planalto central”.

Faltava, no entanto, definir os limites desta área. Mas, se Constituição de 1891 era vaga quanto a isso, Luiz Cruls restringira a área à região dos Pireneus. Por planalto central “se deve entender a parte do planalto brasileiro mais central em relação ao centro do território, isto é, mais próximo deste...”. E, definia ainda mais: “A única parte à qual cabe a designação de central é aquela que se acha nas proximidades dos Pireneus, no Estado de Goiás, não somente por ser na realidade a mais próxima do centro do Brasil, como também por se acharem aí as cabeceiras de alguns dos mais caudalosos rios do sistema hidrográfico brasileiro, isto é, o Tocantins, o São Francisco e o Paraná.”

O debate geográfico, no entanto, foi quase nada diante da crise aterrizante que se abateu sobre o Rio de Janeiro. Quando assumiu a presidência da Repúbli-



Nove carros Ford bigode trouxeram os homens que inauguraram o monumento

ca, Rodrigues Alves foi enfático: “Cada vez me sinto mais convencido de que o saneamento da capital se encontrará o elemento primordial para o soerguimento da vida econômica do país”.

O Rio estava imerso em sucessivas epidemias. O boletim demográfico-sanitário da Diretoria de Saúde Pública de 1900 contava: dos 13.971 mortos, 2.726 foram vítimas de tuberculose, 1.016, de impaludismo, 590 de varíola, 344 de febre amarela, 292 de peste oriental.

Mas as obras de Rodrigues Alves e a campanha de saneamento e vacinação liderada por Osvaldo Cruz diminuíram o vigor dos argumentos que se sustentavam na insalubridade do Rio de Janeiro. Nem por isso, os mudancistas desistiram da idéia e durante 16 anos surgiram aqui e ali projetos, artigos, livros em defesa da interiorização da capital.

O primeiro tijolo da nova capital é assentado durante as comemorações pelo centenário da Independência. Projeto dos deputados Rodrigues Machado (Maranhão) e Americano do Brasil (Goiás) manda que seja colocada a pedra fundamental da capital da República no Planalto Central. O que foi feito ao meio-dia de 7 de setembro de 1922, num ermo próximo a Planaltina. O obelisco tem a forma de uma pirâmide, composta por 33 pedras correspondentes ao número de anos da República.

Dois dias antes, uma colina a oito quilômetros da cidade de Planaltina e a mil metros de altitude viu chegar seis caminhões que transportavam cinco toneladas de pedras destinadas ao obelisco e nove Ford Bigode. O obelisco ficou pronto duas horas antes do horário marcado para a solenidade, quando senhores de paletó e chapéus, e mulheres de vestidos no tornozelo e sombrinhas à mão chegaram ao alto do morro.

A Bandinha de Planaltina levou o Hino Nacional ao morro que depois daquele dia passaria a se chamar Centenário. Houve discurso, placa comemorativa, hastamento da Bandeira do Brasil, um ritual solene que entusiasmou os defensores da mudança da capital. O deputado Americano do Brasil, autor do projeto da pedra fundamental, é tão grandiloquente quanto a geografia do lugar: “O auspicioso fato de hoje é o encaminhamento natural de uma formosa idéia essencialmente brasileira. Ele obedece como que a um determinismo político-social, que há mais de um século nos vem conduzindo para a finalidade máxima de nossa ambição patriótica: — a mudança da sede do Governo para o ponto central do país...”

■ Pesquisa e texto: Conceição Freitas

OBRAS CONSULTADAS

A Mudança da Capital, Adirson Vasconcelos; Antecedentes Históricos, volume II, Presidência da República; História de Brasília, Ernesto Silva, Câmara de Dirigentes Lojistas/DF.

FALTAM
25
DIAS
PARA BRASÍLIA
COMPLETAR
40
ANOS

SÉRIE HISTÓRIA

CRÔNICA

UMA CAPITAL É OBRA DOS TEMPOS, DIZ MACHADO

“A questão Capital está na ordem do dia. Tempo houve em que na República Argentina não se falou de outra coisa. Lá, porém, não se tratava de trocar a capital da província de Buenos Aires por outro, mas de tirar à cidade deste nome o duplo caráter de capital da província e da República. Um dia resolveram fazer uma cidade nova, La Plata, que dizem ser magnífica, mas que custou naturalmente empréstimos grossos. Entre nós, a questão é mais simples. Trata-se de mudar a capital do Rio de Janeiro para outra cidade que não fique sendo um prolongamento da Rua do Ouvidor. Convém que o Estado não viva sujeito ao botão de Diderot, que matava um homem na China. A questão é escolher entre tantas cidades. A idéia legislativa até agora é Teresópolis; assim se votou ontem na assembleia. Era a do finado capitalista Rodrigues, que escreveu artigos sobre isso. Grande viveur, o Rodrigues! Em verdade, Teresópolis está mais livre de um assalto, é fresca, tem terras de sobra, onde se edifique para officiar, para legislar e para dormir.

Campes quer também a capitalização. Reúne-se, discute, pede, insta. Vassouras não quer ficar atrás. Velha cidade de um município de café, julga-se com direito a herdar de Niterói, e oferecer dinheiros para auxiliar a administração. Petrópolis também quer ser capital, e parece invocar algumas razões de elegância e de beleza; mas tem contra si não estar muito mais longe da Rua do Ouvidor, e até mais perto, por dous caminhos. Também há quem indique Nova Friburgo; e, se eu me deixasse levar pelas boas recordações dos hotéis Leuenroth e Salusse, não aconselharia outra cidade. Mas, além de não pertencer ao Estado (sou puro carioca), jamais iria contra a opinião de meus concidadãos unicamente para satisfazer reminiscências culinárias. Nem só culinárias; também as tenho coreográficas... Oh bons e

saudosos bailes do salão Salusse! Convivas desse tempo, onde ides vós? Uns morreram, outros casaram, outros envelheceram; e, no meio de tanta fuga, é provável que alguns fugissem. Resta ao menos este miserável escriba, que, em vez de lá estar outra vez, no alto da serra, aqui fica a comer-lhes o tempo. Niterói não pede nada, olha, escuta, aguarda. Vai para a barca, se tem cá o emprego; se o tem lá mesmo, vai ver chegar ou sair a barca. Vê sempre alguma cousa, — Outrora as lanchas, — depois as barcas. Pobre subúrbio da velha Corte, não tens forças para reagir contra a descapitalização; não representas, não requeres. Vais para a galeria da assembleia ouvir as razões com que te tiram o chapéu da cabeça; não indagues se são boas ou más. São razões.

Vale-me uma cousa; não está só. O Estado de Minas Gerais, que desde o tempo do império já sonhava com outra capital, põe mãos à obra deveras, mandando fazer uma capital nova. Já aí saiu uma comissão em busca de território e clima adequados. Ouro Preto tem de ceder. Dizem que lhe custa; mas o que é que não custa? Quanto à capital da república, é matéria constitucional, e a comissão encarregada de escolher e delimitar a área já concluiu os seus trabalhos, ou está prestes a fazê-lo, segundo li esta mesma semana. Telegrama de Uberaba diz que ali chegou o chefe, Luís Cruls.

Não há dúvida que uma capital é obra dos tempos; filha da história. A história e os tempos se encarregarão de consagrar as novas. A cidade que já estiver feita, como no Estado do Rio, é de esperar que se desenvolva a capitalização. As novas devemos esperar que serão habitadas logo que sejam habitáveis. O resto virá com os anos...)

(Crônica de Machado de Assis publicada em sua coluna dominical A Semana do jornal Gazeta de Notícias, em 22 de janeiro de 1893)

Leia a íntegra da crônica de Machado de Assis no site www.correioweb.com.br



LEIA NA PRÓXIMA
SEGUNDA

Um jovem funcionário de uma companhia de seguros leva JK a prometer a construção de Brasília